

A liberdade econômica como fator preponderante para o desenvolvimento humano
Economic freedom as a preponderant factor for human development

DOI: <https://dx.doi.org/10.26694/2764-1392.3606>

Lucas Silva Pedrosa¹

Resumo: O presente trabalho teve o objetivo de verificar qual fator, dentre liberdade econômica e desigualdade, teria uma relação mais significativa com o grau do desenvolvimento humano em um país. Para isto, realizou-se uma consulta de dados de indicadores das variáveis a serem estudadas, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Índice Gini e o Índice de Liberdade Econômica (ILE); e se realizou uma regressão linear *cross-section* utilizando o método dos mínimos quadrados a fim de obter os tipos e os graus de relações entre as variáveis. O principal resultado se deu na verificação de que a liberdade econômica possui relação positiva com o grau de desenvolvimento humano, enquanto a desigualdade apresenta relação negativa. Concluiu-se que políticas de ampliação da liberdade econômica podem ter impacto em melhorias do IDH.

Palavras-chave: Desigualdade; Gini; IDH; Liberdade econômica; Regressão linear.

Abstract: This study aimed to verify which factor, among economic freedom and inequality, would have a more significant relationship with the degree of human development in a country. For this, a data query was carried out on the indicators of the variables to be studied, such as the Human Development Index (HDI), the Gini Index and the Economic Freedom Index (ILE); and a cross-section linear regression was performed using the least squares method in order to obtain the types and degrees of relationships between the variables. The main result was to verify that economic freedom has a positive relationship with the degree of human development, while inequality has a negative relationship. It was concluded that policies to expand economic freedom can have an impact on improvements in the HDI.

Keywords: Inequality; Gini; HDI; Economic freedom; Linear regression.

Artigo recebido em 25/11/2022. Aceito em 13/05/2023.

¹ Mestre em Economia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Docente na Faculdade Amadeus (FAMA). E-mail: lucas.pedrosa@faculdadeamadeus.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5739-5320>

Introdução

O desenvolvimento humano é um conceito multidisciplinar e, a depender da ótica da ciência que o estuda, pode ter diferentes definições. Para esta pesquisa, compreender-se-á sob a ótica econômica e social, por meio das quais ele é um processo de ampliação de liberdade, isto é, a capacidade de as pessoas possuírem maiores oportunidades ao seu dispor a respeito da vida que desejam ter. Grosso modo, o desenvolvimento humano pode ser definido pela expressão corriqueira “qualidade de vida”.

O conceito de liberdade supracitado está abarcado na compreensão do economista indiano Amartya Sen (2010), que relaciona a renda como um meio para expandir as liberdades dos indivíduos – primordialmente ligadas a questões econômicas, compreendida como meio que possibilita a concessão aos indivíduos dos meios para satisfação das suas necessidades, como alimentação, educação, habitação e saúde. Para o referido economista, o desenvolvimento consiste na eliminação das privações humanas de acesso à satisfação destas necessidades, podendo ser entendido como um processo de expansão das liberdades humanas. Assim, a abordagem do desenvolvimento social é intrinsecamente ligada ao desenvolvimento econômico.

Neste diapasão, a Série Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro (2013, p. 23) postula:

O processo de expansão das liberdades inclui as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e ambientais necessárias para garantir uma variedade de oportunidades para as pessoas, bem como o ambiente propício para cada um exercer na plenitude seu potencial. Assim, desenvolvimento humano deve ser centrado nas pessoas e na ampliação do seu bem-estar, entendido não como o acúmulo de riqueza e o aumento da renda, mas como a ampliação do escopo das escolhas e da capacidade e da liberdade de escolher. Nesta abordagem, a renda e a riqueza não são fins em si mesmas, mas meios para que as pessoas possam viver a vida que desejam.

Outrossim, as análises do desenvolvimento humano geralmente se baseiam em três aspectos: longevidade, educação e renda. Para Batista (2018), de forma diversa da perspectiva do crescimento econômico que visualiza o bem-estar coletivo apenas pela ótica dos recursos ou renda, abordar o desenvolvimento humano requer um olhar mais amplo para as pessoas, suas oportunidades e capacidades, dentro das quais o aspecto econômico exerce influência significativa, mas não responde inteiramente pelo fenômeno.

Dado que o argumento a respeito do desenvolvimento humano está intimamente ligado ao desenvolvimento econômico, sendo este o principal impulsionador daquele, salienta-se a necessidade de se fazer breve revisão das causas do desenvolvimento econômico.

O debate sobre os fatores relevantes para o desenvolvimento econômico e social tem como uma de suas raízes modernas a revolução capitalista decorrente dos processos de criação de Estados-nação (BRESSER-PEREIRA, 2006).

Nos modelos produtivos pré-capitalistas, o excedente econômico era algo de difícil escalonamento, resultando do fato de que a riqueza da nobreza geralmente era produto da extração servil de força de trabalho, como no escravismo ou feudalismo. O capitalismo abriu portas para que o desenvolvimento pudesse acontecer numa velocidade nunca vista, dentro de um sistema de trocas de mercado, no qual a riqueza tende a ser oriunda da exploração econômica de empreendimento e não do espólio generalizado (HUNT; SHERMAN, 2013).

Logo, sob a ótica capitalista, a riqueza não é fenômeno de “soma zero” – diferentemente dos demais sistemas produtivos, pois nele é possível que uma pessoa enriqueça sem necessariamente incorrer a pobreza de outra pessoa. Nesse sistema, é possível haver o crescimento social da riqueza – exemplos disso são os países desenvolvidos mundo afora, que, sob a lógica capitalista, elevou o padrão médio de vida de toda a sua população (MISES, 1990).

Salienta-se que o desenvolvimento econômico possui forte relação com o incremento na qualidade de vida da sociedade, isto é, seu desenvolvimento humano ou social. Ou seja, países que possuem elevado índice de desenvolvimento econômico têm a sua população com maiores níveis de qualidade de vida (VASCONCELLOS; GARCIA, 1998; OLIVEIRA, 2002).

Todavia, nem sempre o crescimento econômico pode ser traduzido em melhorias da qualidade de vida, pois muitas vezes esse crescimento pode resultar a piora dessa qualidade. Desta forma, há fatores que elevam o PIB de uma nação, mas, em contraposição, pioram a qualidade de vida (FEIJÓ *et al.*, 2012). Por exemplo, um aumento do uso de combustíveis fósseis pela sociedade de determinado país tende a aumentar o seu PIB. No entanto, aumenta-se a poluição, possibilitando a piora da qualidade de vida. Outro exemplo seria o aumento substancial da venda de veículos particulares, que pode incrementar a riqueza de um povo, mas isso tenderá a provocar engarrafamentos², piorando a vida geral.

2 Tem-se como engarrafamentos os congestionamentos em vias públicas de trânsito provocados por excesso de veículos automotores, em sua maior parte, movidos por combustíveis fósseis. Esse contingente de veículos interrompe as passagens, isto é, o trânsito, excedendo o número de transportantes causadores de poluição, degradando, destarte, o meio ambiente. Caracteriza-se assim a Riqueza econômica *versus* a degradação ambiental

Pode-se ressaltar também as situações mais práticas, quando o crescimento desenfreado da desigualdade, ainda que com crescimento econômico, gera algum tipo de convulsão social, com menos acesso das camadas mais pobres da população ao sistema de saúde ou à educação, ou, ainda a um surto de criminalidade (FEIJÓ *et al.*, 2012).

De fato, incrementos no total de riqueza produzida por uma nação podem elevar o nível de qualidade de vida da população, impactando positivamente o desenvolvimento humano. Contudo, olhar as coisas somente da ótica econômico-financeira pode resultar em políticas públicas deficientes, que, a despeito de gerarem mais riqueza, pioram a vida da sociedade. Assim, não necessariamente significa que maior crescimento econômico acarreta aumento do desenvolvimento humano e social. Por isto, esse crescimento econômico precisa vir subsidiado de políticas públicas geradoras de desenvolvimento social.

Os mecanismos de enriquecimento da sociedade, em seu conjunto, perpassam pela forma como os fatores de produção atuam para o crescimento da economia. O modelo de Solow, na sua forma básica, coloca o produto interno bruto (isto é, o conjunto de todos os bens e serviços produzidos internamente em um território num determinado tempo – PIB) como função de capital e trabalho. Para Solow (1956; 1957) o progresso técnico (inovações) e crescimento populacional são exógenos ao modelo. O autor indica que o grande responsável pelo crescimento econômico é o avanço da produtividade. Pelo modelo de desenvolvimento de Solow, o principal mecanismo que garante o crescimento da produtividade é o avanço tecnológico, que foi chamado pelo autor de “resíduo” ou “a medida da nossa ignorância”.

Outrossim, condições propícias para o avanço tecnológico (compreendendo esse termo do ponto de vista econômico – avanço para modelos mais produtivos) são fundamentais para que o crescimento econômico ocorra. O “aparato institucional” ou “boas regras do jogo” – o conjunto de regras e instituições que governam um país impactam relevantemente no desenvolvimento econômico – também são elementares para criar condições propícias para o desenvolvimento. Estados com aparato institucional deficiente tendem a ter menor capacidade de crescimento. Assim, mesmo que um país tenha o mesmo estoque de capital que outro, isso não necessariamente significa que ambos terão o mesmo nível de desenvolvimento. A experiência mostra que lugares onde há boas regras institucionais apresentam um crescimento mais robusto que os demais, sendo este fator fundamental para o desempenho do nível de liberdade econômica, dirimindo incertezas e provendo a infraestrutura necessária para o dia a dia da sociedade (NORTH, 1993; BATISTA, 2018).

Em meio ao espectro institucional, para além de questões de segurança jurídica, instituições de segurança pública e marcos regulatórios, pode-se avaliar que um aspecto de boas regras do jogo relevante para o desenvolvimento é o grau de liberdade econômica de um Estado. Pesquisas de instituições internacionais são desenvolvidas relacionando liberdade econômica com desenvolvimento humano, mostrando que esta, além de impulsionar o desenvolvimento econômico, abre caminhos para a sociedade gozar das mais amplas liberdades individuais (BATISTA, 2018). Tais relações são defendidas como positivas para o desenvolvimento humano pelos estudos a serem destacados na revisão da literatura desta pesquisa.

Tendo em vista os objetivos deste artigo, cabe fazer uma breve revisão de desigualdades, assim como o potencial impacto que suas reduções podem ter no desenvolvimento humano. Segundo Dedecca e Trovão (2020), a desigualdade pode ser vista de duas dimensões – a econômica e a social. A primeira se relaciona aos aspectos de renda e ao patrimônio; a segunda, às condições de acesso aos bens e às políticas públicas como fonte de bem-estar social.

Ademais, é possível verificar a interconexão entre os tipos de desigualdades, pois uma acaba resultando na outra, uma vez pressuposta a desigualdade econômica, há a produção da desigualdade social e vice-versa (CAVALCANTE, 2020). Em face disso, ao se referir, neste trabalho, à desigualdade social, estar-se-á tratando das duas dimensões da desigualdade.

Outrossim, reitera-se que a contenção da ampliação excessiva das desigualdades é fundamental para a estabilidade social. Esta resta é ameaçada quando as desigualdades sociais se aprofundam, ainda que com elevação de renda para todos os estratos. Portanto, a contenção das desigualdades é fundamental, tanto como uma forma de garantir o acesso a melhores condições de vida pelos estratos econômicos menos favorecidos da população, quanto do ponto de vista dos detentores de capital, uma vez que garantiria a manutenção perene do sistema capitalista no longo prazo, possibilitando que ele continue, ao longo do tempo, promovendo o crescimento econômico (HUNT; SHERMAN, 2013).

Entretanto, políticas de redução das desigualdades “a ferro e fogo”, como impostos sobre grandes fortunas, podem ter consequências sociais também danosas (PIKETTY, 2014). A possibilidade do enriquecimento é a força motriz da inovação, do aumento da produtividade e do desenvolvimento econômico. Desta forma, a restrição dessa possibilidade resulta em limitações para a livre iniciativa, gerando no longo prazo um decréscimo geral da riqueza social. Neste sentido, políticas de redução de desigualdades precisam ser pensadas considerando a necessidade de se manter o sistema capitalista operante, ao mesmo tempo melhorando a vida dos mais pobres e preservando o bem-estar social.

Por conseguinte, os questionamentos deste trabalho são: Qual fator social é relevante para a melhora das condições de desenvolvimento humano? Quais os efeitos da ampliação da liberdade econômica no desenvolvimento humano? Os debates nacionais e internacionais estão indo na direção certa ao identificar a redução das desigualdades como principal fator de melhora dos níveis de IDH dos seus países?

Para isto, foram realizadas regressões lineares e estudos de correlação com variáveis referentes a essas medidas. A partir dos resultados desses procedimentos estatísticos, foram feitas as considerações do estudo.

1 Liberdade econômica e desenvolvimento humano

O conceito de desenvolvimento humano e a sua medida – o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – foram apresentados em 1992 no Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, idealizado pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq, com a colaboração de Amartya Sen.

Atualmente, boa parte dos países do mundo utiliza o IDH como medida do grau de desenvolvimento humano de um país (PAIVA BUENO, 2009). É conhecido por ser um indicador de fácil compreensão e mensuração, e que transforma em um único índice os requisitos de saúde (longevidade), educação (conhecimento) e renda (recursos ou padrão de vida).

Salienta-se ainda que o conceito de desenvolvimento humano vai além das necessidades básicas, pois, além da provisão de bens básicos, aquele diz respeito ao tema de possibilidades ou liberdades de escolha (MANCERO, 2001; GUIMARÃES & JANNUZZI, 2005).

Por conseguinte, está enraizado na literatura acadêmica mais aceita que a redução das desigualdades é um dos fatores mais impactantes no desenvolvimento humano, compreendendo o acesso a melhores serviços de segurança, saúde e educação (COUTINHO, 2013; FRANCO; ANUNCIATO, 2016; DE ALMEIDA MENDES *et al.*, 2020). Entretanto, as proposições para corrigir essas desigualdades sociais perpassam pela justiça social, por meio da qual se tributa os mais “ricos”, usando esse dinheiro para promover programas de repasse de renda para os mais pobres ou para ofertar serviços públicos de saúde e educação (AZZONI, 1993).

Williamson (1965) já havia tipificado essa linha de pensamento evidenciando que o desenvolvimento perpassa pela redução das desigualdades que afetam negativamente o desenvolvimento humano. Para Castillo (2014), as desigualdades regionais são um desafio ao desenvolvimento sustentável. Para De Almeidas Mendes *et al.* (2020), o processo de desenvolvimento humano é atrapalhado por desigualdades regionais, que reforçam a pobreza em zonas específicas e centralizam recursos em áreas já enriquecidas.

Neste ínterim, a liberdade de forma geral, incluindo aí a liberdade econômica, pode ter várias definições, dependendo do tipo de situação que é analisada. Para Hayek (1960), consiste no estado no qual o ser humano não está sujeito à coerção alheia. Para Gwartney e Lawson (2003), por sua vez, os seus principais elementos são a liberdade de escolha, de competição e de proteção da propriedade. Ainda, para os referidos autores, quando há uma situação de liberdade econômica, os individuais decidirão sobre suas escolhas de produção com base nas vantagens percebidas subjetivamente.

Miller e Kim (2016) afirmam que a liberdade econômica é a liberdade de alguém atuar no mercado num espectro de atuação limitada do estado. Ridderstedt (2014) conceitua um dos aspectos da liberdade econômica como o nível de abertura nacional para com o comércio internacional. Para Mises (1990), é o mercado em si, isto é, a liberdade de produzir, consumir, determinar o que deve ser produzido, quantidade, qualidade e destinatário. Ademais, para o mesmo autor, o governo não deve desempenhar como seu papel a produção, pois sua finalidade é servir como instrumento de regulação econômica e fiscalização das leis em sentido amplo.

A relação positiva entre liberdade econômica e desenvolvimento humano foi verificada em diversos trabalhos. Doucouliagos (2005) estudou diversas publicações que analisam as relações entre liberdade econômica e desenvolvimento econômico, verificou que a liberdade econômica é essencial para a performance econômica de um país, influenciando indiretamente a evolução do capital humano. Miller e Kim (2017) advogam que esta liberdade torna possível a prosperidade das pessoas, criando um ambiente democrático e profícuo para as demais facetas da liberdade.

Gwartney e Lawson (2004) enumeraram as dez principais consequências da liberdade econômica: taxa de crescimento econômico maior; maior investimento *per capita*; produtividade do investimento majorada; menor pobreza; melhor distribuição de renda; maior longevidade; melhoras na vida das crianças (redução da mortalidade infantil); maior desenvolvimento humano em termo de saúde, educação, padrão de vida e outras medidas de bem-estar, além de a democracia ser fortalecida.

Nikolaev (2014) concluiu em sua pesquisa que liberdade econômica é forte e positivamente correlacionada com a maioria dos indicadores de qualidade de vida. O autor verificou que majorações na liberdade econômica provoca elevações no desenvolvimento humano no curto e no longo prazo.

Okunlola e Ayetigbo (2022) avaliaram o grau de impacto da liberdade econômica no desenvolvimento humano. Os pesquisadores concluíram que aquela exerce um efeito positivo e de longo prazo neste e nos seus indicadores. Assim, promover melhorias em questões como direitos de propriedade, liberdade financeira, comércio internacional provoca melhorias no desenvolvimento humano.

Neste diapasão, Stroup (2007) revela na sua pesquisa que países com maior liberdade econômica possuem maior taxa de alfabetização, maior expectativa de vida (longevidade), menor mortalidade e maior qualidade no sistema preventivo de saúde. Akhter (2004) conclui que liberdade econômica tem efeito positivo no desenvolvimento humano. Além do mais, várias outras pesquisas verificam essa relação como sendo positiva, como as de Norton (1998); Grubel (1998); Ayal e Karras (1998); Bengoa e Robles (2003); e Corbi e Menezes (2007).

Neste ínterim, verifica-se que a literatura é robusta evidenciando os efeitos da liberdade econômica nos níveis de desenvolvimento humano, enquanto que os efeitos das políticas de redução de desigualdades são pouco verificados analiticamente.

2 Metodologia

Para obtenção dos resultados desta pesquisa, consultou-se a série histórica do IDH mundial; do índice GINI como medida de desigualdade e estimativas da renda do quintil mais rico (quinto da população) como uma parcela da receita ou despesa total; do Índice de Liberdade Econômica (ILE) da Heritage; e do PIB *per capita*. A partir destes dados, foram realizadas regressões lineares entre os índices, testes estatísticos e cálculos de correlação. A análise contou com dados entre 80 (oitenta) e 90 (noventa) países, a depender da regressão. As regressões foram do tipo *cross-section*, com toda a série de dados referente ao ano de 2018, exceto o ILE, que é de 2021.

As hipóteses investigadas foram: i) há relação entre a desigualdade social e a pobreza? ii) há relação entre a qualidade de vida (Desenvolvimento Humano) e a desigualdade? iii) há relação entre a qualidade de vida (Desenvolvimento Humano) e a pobreza? iv) a liberdade econômica está relacionada à pobreza ou ao Desenvolvimento Humano?

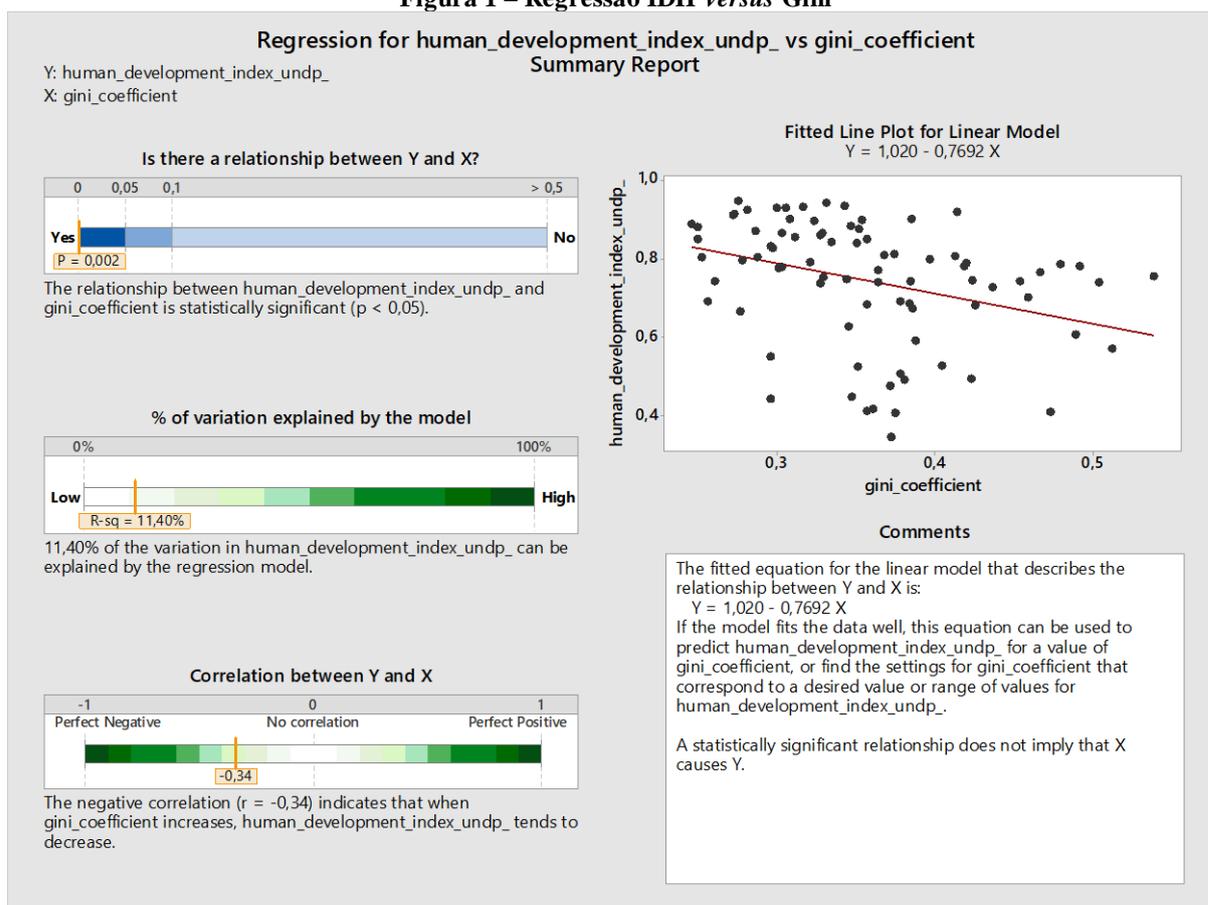
Os testes estatísticos realizados foram a correlação de Paramétrica (*Pearson*), com 95% de nível de confiança; teste de Durbin Watson (Normalidade dos Resíduos); e ANOVA (Análise de Variância, teste F e valor de P).

3 Resultados

3.1 A desigualdade e seu impacto no desenvolvimento humano

Para verificar o impacto da desigualdade no desenvolvimento humano, fez-se uma regressão linear confrontando o IDH com o índice Gini. Logo abaixo, na figura 1, percebe-se a Regressão IDH *versus* Gini, em que foi verificada a relação inversamente proporcional entre o IDH e o Gini, sendo este último a variável independente, isto é, a que muda de valor influenciando a variável dependente, neste caso o IDH (*vide* Figura 1).

Figura 1 – Regressão IDH *versus* Gini



Fonte: Minitab (Banco Mundial e ONU, 2023). **Nota:** os resíduos têm distribuição normal, sem *outliers*.

Essa relação negativa significa que quanto maior o índice Gini – quanto maior a desigualdade – menor tende a ser o IDH. Assim, pode-se afirmar que a relação encontrada pode vir a suportar a ideia de que maiores níveis de desigualdade estão associados a menores níveis de desenvolvimento humano. Todavia, o coeficiente de determinação (R^2) no valor de 11,40% significa que a desigualdade explica somente 11,40% do IDH – pode-se inferir que a relação negativa entre o IDH e o Gini, apesar de existir, é fraca.

Correlacionando o IDH com o Gini, obtém-se outras inferências (Figura 2).

Figura 2 – Correlação IDH versus Gini



Fonte: Minitab (Banco Mundial e ONU, 2023).

Para verificar a potencial causalidade da desigualdade no desenvolvimento humano, confrontando ainda com o desempenho do PIB *per capita*, chegou-se aos resultados de correlação da Figura 3.

Figura 3 – Correlação IDH versus Gini versus PIB per capita

	gini_coefficient	human_development_index_undp_	gdp_per_capita_ppp_constant_2017_international_\$_
gini_coefficient	1.000000	-0.337664	-0.332262
human_development_index_undp_	-0.337664	1.000000	0.782566
gdp_per_capita_ppp_constant_2017_international_\$_	-0.332262	0.782566	1.000000

Fonte: Minitab (Banco Mundial, ONU e IBGE, 2023).

Na Figura 2, conjugada com a Figura 3, os países com alto IDH e baixo Gini são representados pelo bloco europeu, corroborando a conclusão de que desigualdade menor anda em conjunto com IDH maior. Todavia, contrariando a referida consideração, países da América Latina, como Brasil, Equador, Colômbia, México, Costa Rica e Panamá, apesar de estarem localizados numa faixa relativamente alta de IDH – embora não tão altos quanto os europeus, possuem um Gini alto também.

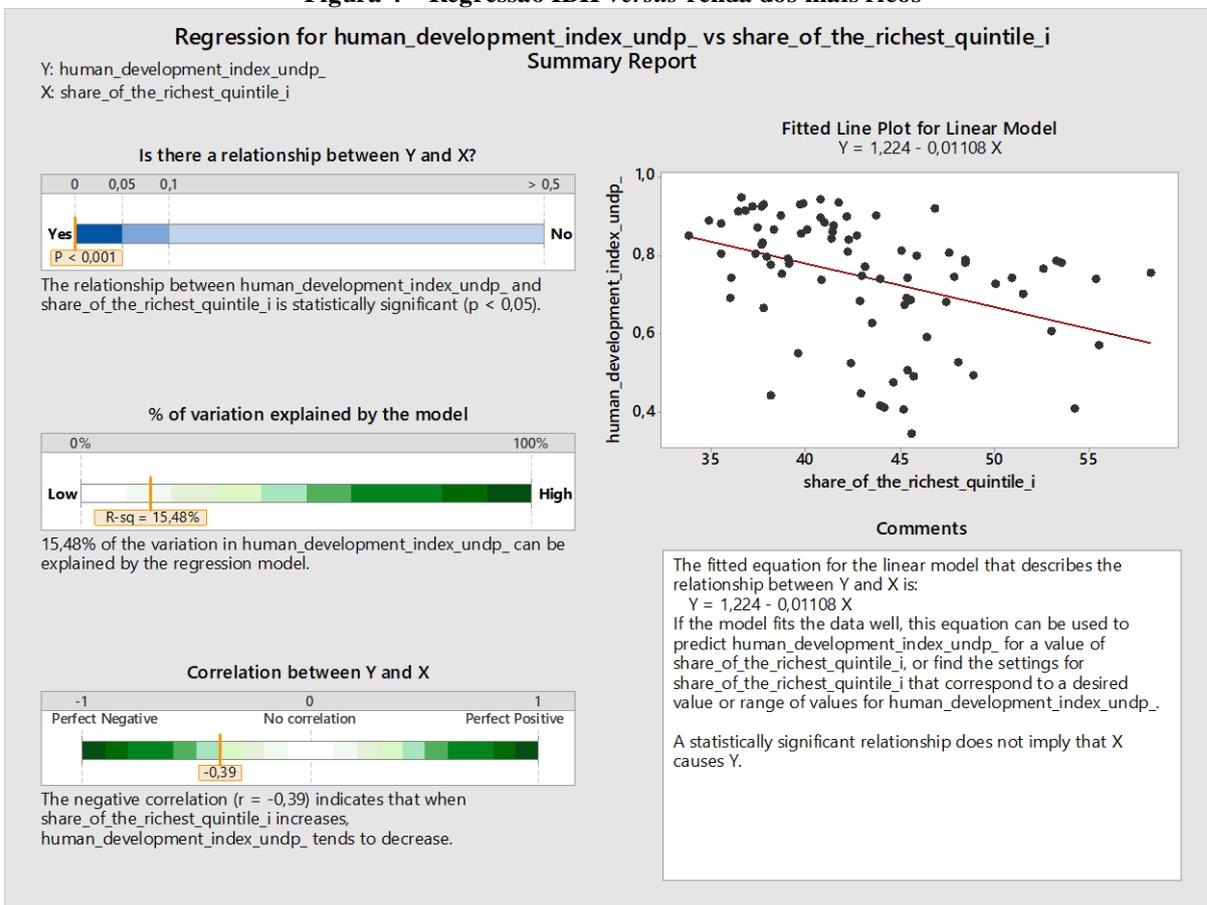
Desta forma, pode-se inferir a possibilidade de quando o IDH sobe, a desigualdade cai. Assim, a relação IDH vs desigualdade teria que ser vista como o IDH sendo a variável explicativa e o seu aumento impactando na redução de desigualdades. De igual modo, é possível, portanto, ter uma relação bilateral entre ambos os índices – IDH influenciando Gini e vice-versa. Tal hipótese poderia ser melhor verificada com uma técnica de Vetores Autorregressivos – VAR num trabalho posterior.

A correlação entre IDH e PIB *per capita* é positiva em aproximadamente 78,26%. Isso pode indicar que o PIB *per capita* influencia forte e positivamente o IDH. A partir dessa conclusão, infere-se que o crescimento do IDH tende a ser profundamente ligado ao desenvolvimento econômico, conforme a literatura econômica indica.

3.2 Relações entre IDH, renda dos mais ricos e dos mais pobres

Segue na figura abaixo (Figura 4) a regressão linear do IDH *versus* a participação do quintil mais rico da população na renda, como está sendo a variável explicativa ou independente.

Figura 4 – Regressão IDH versus renda dos mais ricos

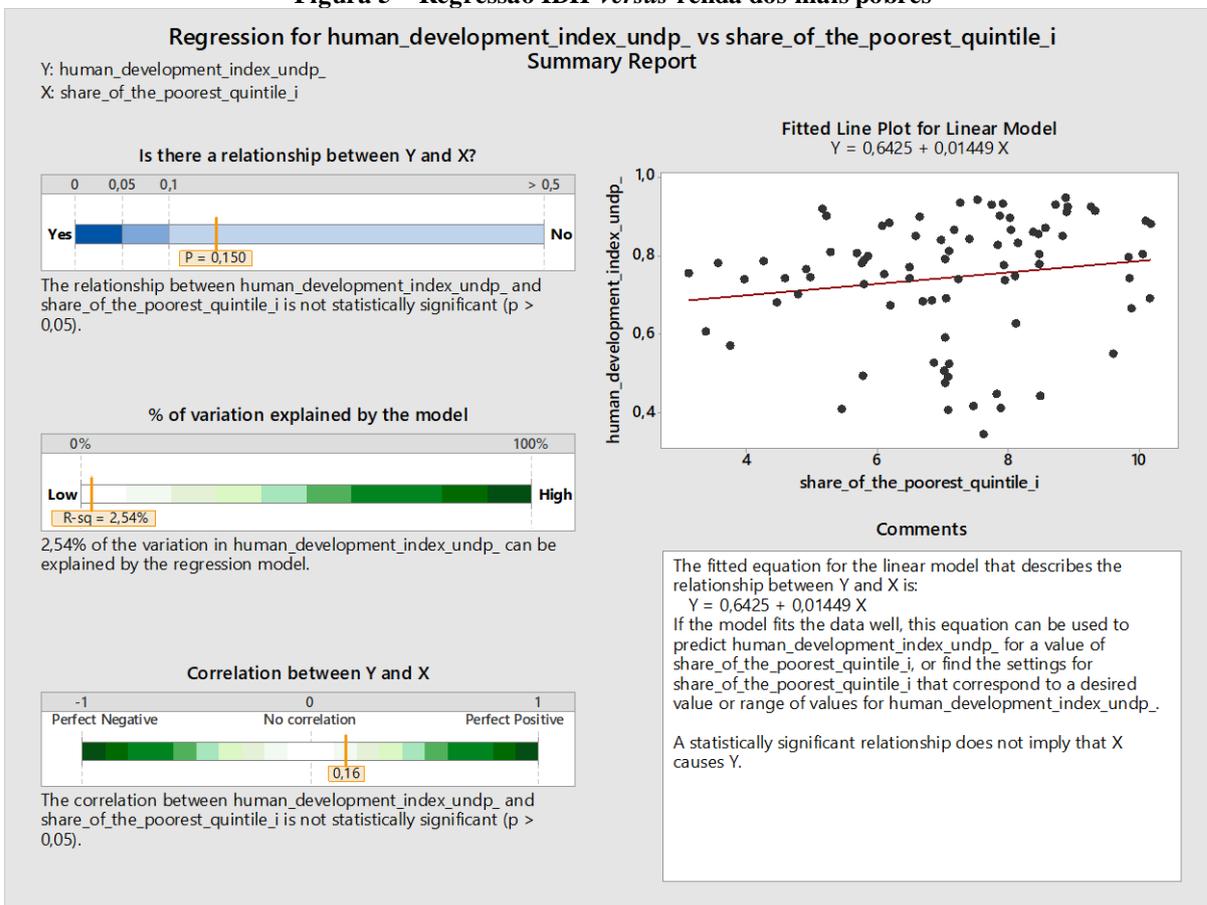


Fonte: Minitab (Banco Mundial e ONU, 2023). **Nota:** os resíduos têm distribuição normal, sem outliers.

Nota-se que a relação entre o IDH e a parcela da renda nacional nas mãos do quintil mais rico é negativa, isto é, quanto maior a participação do quintil mais rico da população na renda nacional, menor tende a ser o IDH. Todavia, o grau de impacto é relativamente baixo (relação fraca) nesta variável, com o coeficiente de determinação de 15,48% – sendo esta a porcentagem do IDH explicada pela renda dos mais ricos.

Na figura 5, consta o resultado de regressão linear similar, mas considerando a participação na renda do quintil mais pobre da população.

Figura 5 – Regressão IDH versus renda dos mais pobres



Fonte: Minitab (Banco Mundial e ONU). **Nota:** os resíduos têm distribuição normal, sem outliers.

Percebe-se que a relação entre o IDH e a parcela da renda nacional nas mãos do quintil mais pobre não pode ser inferida estatisticamente, por conta do alto p-valor e do baixíssimo coeficiente de determinação (2,54%). Neste trato, não se pode inferir relação negativa ou positiva.

Consubstanciado a interpretação das Figuras de 1 a 5, pode-se considerar que, no que se refere aos dados dessa pesquisa, a desigualdade social impacta negativamente, mas, de forma fraca, o desenvolvimento humano.

3.3 A liberdade econômica e sua relação com a desigualdade

A correlação dos coeficientes Gini com os componentes da liberdade econômica em particular, como a liberdade de investimento, o crescimento do PIB, a saúde das contas públicas, a segurança jurídica, liberdade trabalhista, liberdade comercial e direitos de propriedade são retratadas na figura a seguir (Figura 6), onde se encontram os componentes do índice de liberdade econômica.

Figura 6 – Correlação Gini versus variáveis

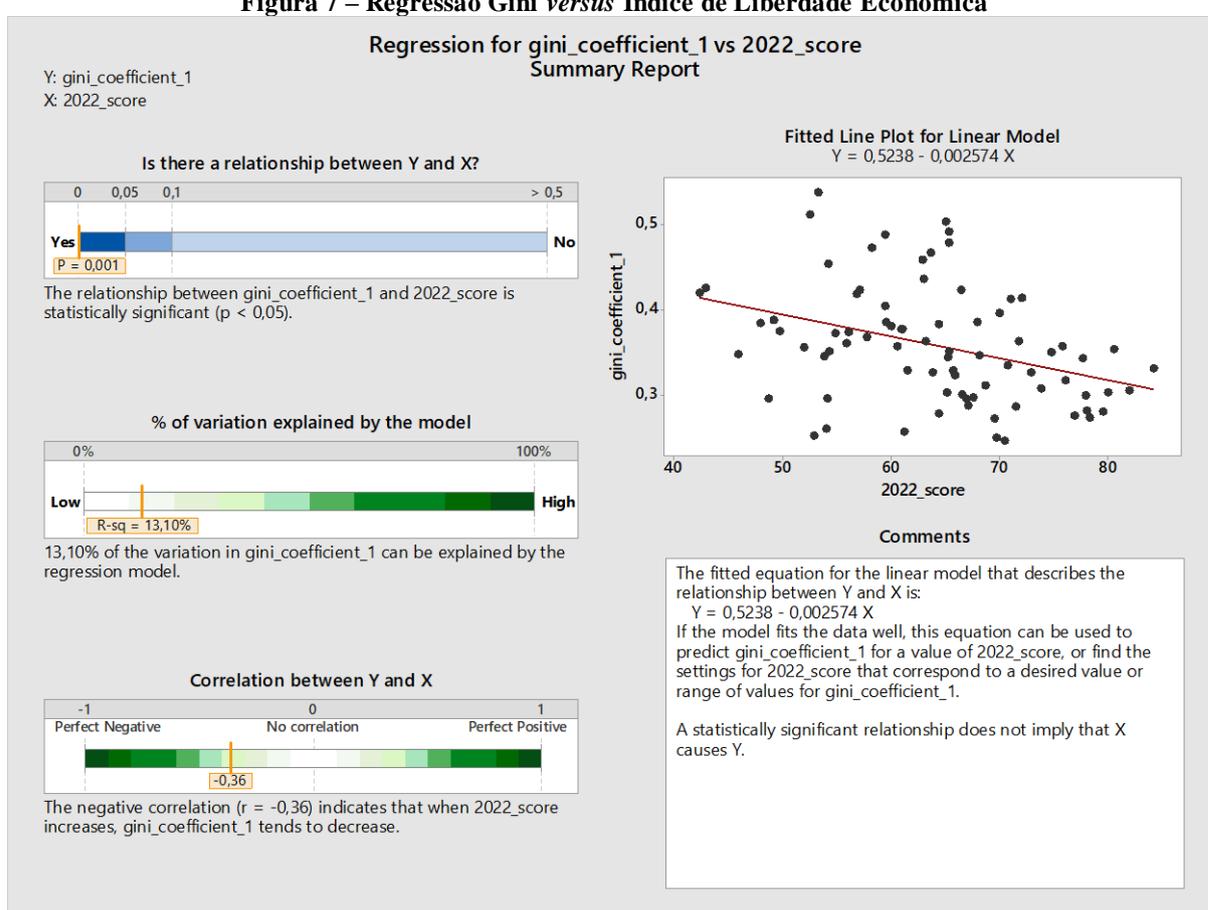
	gini_coefficient
govt_spending	0.473843
tariff_rate_%_	0.434039
corporate_tax_rate_%_	0.309957
unemployment_%_	0.218671
tax_burden	0.193780
inflation_%_	0.183335
gdp_billions_ppp_	0.108351
population_millions_	0.082446
public_debt_%_of_gdp_	0.005522
income_tax_rate_%_	-0.088112
5_year_gdp_growth_rate_%_	-0.111067
gdp_growth_rate_%_	-0.111875
financial_freedom	-0.184260
investment_freedom_	-0.201415
labor_freedom	-0.216198
monetary_freedom	-0.219173
fiscal_health	-0.308074
judicial_effectiveness	-0.342318
2022_score	-0.361876
tax_burden_%_of_gdp	-0.364690
business_freedom	-0.367599
gdp_per_capita_ppp_	-0.371858
trade_freedom	-0.414140
property_rights	-0.421332

Fonte: Minitab (Banco Mundial e *Heritage*).

Com praticamente todos os indicadores que dizem respeito à liberdade econômica, o índice Gini é inversamente correlacionado – quanto menor o desempenho do indicador de liberdade econômica, maior o Gini, chegando-se a correlações negativas na ordem de aproximadamente 40% para liberdade comercial e direitos de propriedade. A partir disso, pode-se levantar a possibilidade de a baixa liberdade econômica estar associada a maiores níveis de desigualdade.

Fazendo uma regressão linear com o Gini e o Índice de Liberdade Econômica, sendo este a variável explicativa, obteve-se os resultados observados na figura seguinte (Figura 7):

Figura 7 – Regressão Gini versus Índice de Liberdade Econômica



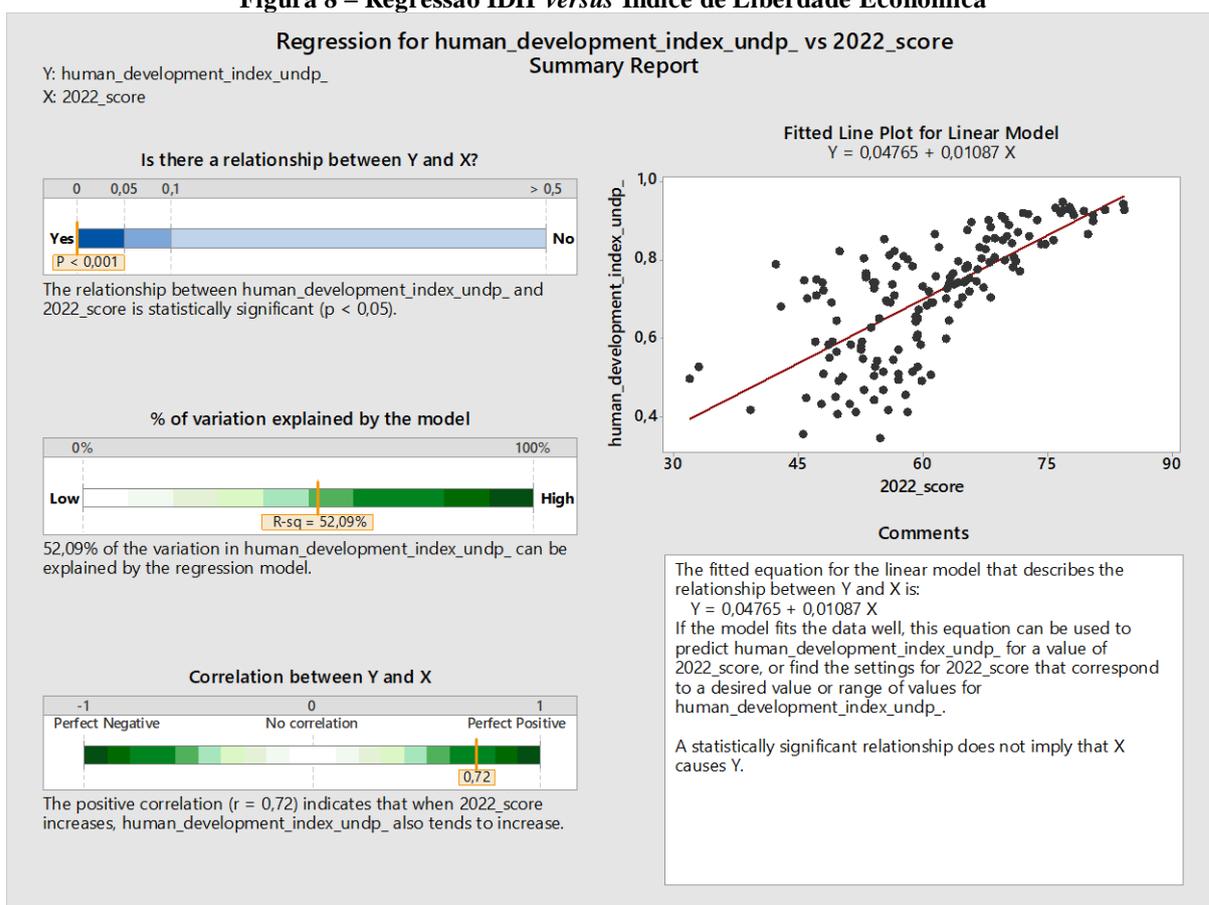
Fonte: Minitab (Banco Mundial e ONU). **Nota:** os resíduos têm distribuição normal, sem *outliers*.

A regressão indica que a liberdade econômica está negativamente associada à desigualdade social. Assim, em situações de maior liberdade econômica, menor tende a ser a desigualdade social. Neste contexto, apesar de a relação ser negativa e indicar que o caminho da liberdade econômica impacta na redução de desigualdades, o coeficiente de determinação é de somente 13,10%, permitindo que a relação seja fraca.

3.4 A liberdade econômica como preponderante para o desenvolvimento humano

Fazendo uma regressão linear do IDH e do Índice de Liberdade Econômica, sendo este a variável explicativa ou independente, obtém-se os resultados evidenciados na Figura 8.

Figura 8 – Regressão IDH versus Índice de Liberdade Econômica



Fonte: Minitab (Banco Mundial e ONU). **Nota:** os resíduos têm distribuição normal, sem outliers.

A regressão indica que a liberdade econômica está positivamente associada ao IDH. Nessa natureza, o aumento da liberdade econômica tende a majorar o IDH. A relação, além de positiva, possui um coeficiente de determinação de 52,09%. Em torno disso, diferentemente das relações entre desigualdade e IDH, nesse caso há forte relação.

Considerações finais

Tendo em vista o estudo e os testes realizados, conclui-se que a relação entre o desenvolvimento humano e a desigualdade é negativa, porém fraca. Consoante a isto, apesar de a desigualdade atrapalhar o desenvolvimento humano, não há evidências de que seja a variável mais importante para tal.

Há uma tendência nesta pesquisa que indica que o grau de desenvolvimento humano de um país pode ser ampliado de acordo com o nível de liberdade econômica dele. Ou seja, variáveis que assegurem a propriedade privada, a segurança jurídica, menos impostos, menor gasto público e melhor ambiente de negócios possuem grau de influência significativo na qualidade de vida, na longevidade, na renda e na educação da sociedade.

Frente a essas proposições, pontua-se que o debate a respeito de redução de desigualdades, a despeito de seus méritos no quesito de justiça social, deixa a desejar nos seus fins – ele pode ser considerado pouco eficiente na consecução do desenvolvimento humano, com menor impacto. Como contraposto, a liberdade econômica, pouco debatida, tende a ser mais influente no incremento do desenvolvimento humano.

Neste diapasão, salienta-se que as políticas públicas que visam elevar o grau de desenvolvimento humano em um país deveriam antes criar mecanismos que ampliem a liberdade econômica, em vez de somente focar nos aspectos atinentes à justiça social.

Referências

AKHTER, S. H. *Is globalization what it's cracked up to be? Economic freedom, corruption, and human development. Journal of World Business*, n. 39, p. 283-295, 2004.

AYAL, E. B.; KARRAS, G. *Components of economic freedom and growth: an empirical study. Journal of Developing Areas*, v. 32, p. 327-38, 1998.

AZZONI, C. R. Equilíbrio, progresso técnico e desigualdades regionais no processo de desenvolvimento econômico. *Análise Econômica*, v. 11, n. 19, p. 5-28, 1993.

BATISTA, C. S. **Liberdade econômica e desenvolvimento humano**. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia e Mercados). 55f. Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2018.

BENGOA, M; ROBLES, B. S. *Foreign direct investment, economic freedom and growth: new evidence from Latin America. Santander. European Journal of Political Economy*. v. 19. p. 529–545. 2003.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Conceito Histórico de Desenvolvimento Econômico**. Trabalho originalmente preparado para curso de desenvolvimento econômico na Fundação Getúlio Vargas. Versão de 2 de março de 2006.

CASTILLO, P. C. *Latin America in Unstable and Uncertain Contexts: Analysis and Perspectives about Education and Work for the New Generations. Archivos Analíticos de Políticas Educativas*, v. 22, n. 39, p. 1-32, 2014.

CAVALCANTE, P. L. C. A Questão da desigualdade no Brasil: como estamos, como a população pensa e o que precisamos fazer. Texto para Discussão (TD) 2593, **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)**, 2020.

CORBI, R.; MENEZES, N. **Liberdade econômica, liberdade política e felicidade, uma análise empírica de um painel de países**. Rio de Janeiro. ANPEC, 2007.

COUTINHO, D. R. **Direito, desigualdade e desenvolvimento**. São Paulo: Saraiva, 2013.

DE ALMEIDA MENDES, W.; FERREIRA, M.; DE FARIA, E.; ABRANTES, L. Desenvolvimento humano e desigualdades regionais nos municípios brasileiros. *Latin American Research Review*, 55(4), p. 742-758, 2020.

DEDECCA, C. S.; TROVÃO, C. J. B. M. Sobre desigualdades no Brasil: passado, presente e futuro. **RBEST - Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho**, v. 2, p. 1-37, 2020.

DOUCOULIAGOS, C. *Publication bias in the economic freedom and economic growth literature. Journal of Economic Surveys*, v. 19, n. 3, p. 367-387, 2005.

ESPOSTO, A.; ZALESKI, P. *Economic freedom and the quality of life. Constitutional Political Economy*, v. 10, p. 185-197, 1999.

FEIJÓ, C. A.; VALENTE, E.; CARVALHO, P. G. M. Além do PIB: uma visão crítica sobre os avanços metodológicos na mensuração do desenvolvimento socioeconômico e o debate no Brasil contemporâneo. **Revista Estatística e Sociedade**, Porto Alegre, n. 2, p. 42-56, nov. 2012.

FRANCO, C.; ANUNCIATO, K. M. Desenvolvimento humano e desigualdade regional: uma discussão para o estado de Rondônia. **Revista UNEMAT de Contabilidade**, v. 5, n. 9, p. 138-153, 2016.

GRUBEL; H. *Economic Freedom and Human Welfare: some empirical findings. Cato Journal*, v. 18, No. 2. 1998.

GUIMARÃES, J. R. S.; JANNUZZI, P. M. IDH, Indicadores sintéticos e suas aplicações em Políticas Públicas: uma análise crítica. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Recife, Brasil, v. 7, n. 1, p. 73-90, maio 2005.

GWARTNEY, J.; LAWSON, R. *The concept and measurement of economic freedom*. Tallahassee: Florida State University; Capital University 2002.

_____. *Economic freedom of the world*. 2002.

_____. *Economic freedom of the world: 2017 annual report*. Vancouver: The Fraser Institute, 2017.

_____. *The concept and measurement of economic freedom*. **European Journal of Political Economy**, Elsevier, v. 19, n. 3, p. 405-430, sep., 2003.

_____. *Ten Consequences of Economic Freedom*. **The National Center for Policy Analysis**, Dallas, Texas, 2004.

HALL, J. R.; SOBEL, G.; CROWLEY. *Institutions, Capital, and Growth*. **Southern Economic Journal**, v. 77, n. 10, p. 385-405, October 2010.

HAYEK, F. A. V. *The constitution of liberty*. Chicago, University of Chicago Press, 1960.

HUNT, E. K.; SHERMAN, H. J. **História do Pensamento Econômico**. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2013

MANCERO, X. *La medición del desarrollo humano: elementos de un debate*. Serie Estudios Estadísticos y Prospectivos, 11, Santiago de Chile: Cepal, 2001.

MILLER, T., & KIM, A. B. *Index of Economic Freedom*. Massachusetts: Heritage Foundation, 2016.

_____. *Index of Economic Freedom 2017*. Annual Report. Washington, 2017.

MISES, L. V. *Money, method and the market process*. Norwell: Praxeology Press, 1990.

NIKOLAEV, B. *Economic Freedom and Quality of Life: Evidence from the OECD's Your Better Life Index*. Oxford. *The Journal of Private Enterprise*, 2014.

NORTH, D. C. *Instituciones, cambio institucional y desempeño económico*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

NORTON, S. W. *Poverty, property rights, and human well-being: a cross-national study*. **Cato Journal**, v. 18, n. 2, p. 233-45, 1998.

OKUNLOLA, O. C.; AYETIGBO, O. A. *Economic Freedom and Human Development in ECOWAS: Does Political-Institutional Strength Play a Role?* **Journal of the Knowledge Economy**, n. 13, 1751-1785, 2022.

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Rev. FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002.

PAIVA BUENO, E. de. O índice de desenvolvimento humano (IDH): avaliação de seus pressupostos teóricos e metodológicos. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 27, n. 3, p. 49-69, 2009.

PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

RIDDERSTEDT, I. *Economic Freedom and Entrepreneurship: Conflicting Evidence – An empirical analysis based on the 2011 Global Entrepreneurship Monitor report*. Södertörn University. School of Social Sciences Bachelor Thesis. 50 pages. Economics. Entrepreneurship, Innovation and Market Bachelor's Programme. Autumn Semester 2014.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SÉRIE ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL 2013. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**. Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013.

SOLOW, R. M. A Contribution to the Theory of Economic Growth. *The Quarterly Journal of Economics*, 70, n. 1, p. 65-94, 1956.

SOLOW, R. M. Technical Change and the Aggregate Production Function. *The Review of Economics and Statistics*, 39, n. 3, p. 312-320, 1957.

STROUP, M. *Economic Freedom, Democracy, and the Quality of Life: World Development*. Austin: Elsevier. 2006.

VASCONCELOS, M. A.; GARCIA, M. E. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

WILLIAMSON, J. G. Regional Inequality and the Process of National Development: A Description of the Patterns. *Economic Development and Cultural Change*, 13 (4, part 2), p. 1-83, 1965.